

Aspectos sociopolíticos da construção do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno

Sociopolitical aspects of the construction of the Barreira do Inferno Launch Center (CLBI)

Douglas da Costa Cardinot | Universidade Federal do Rio Grande do Norte

douglasccardinot@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6499-6511>

André Ferrer P. Martins | Universidade Federal do Rio Grande do Norte

andre.ferrer@ufrn.br

<https://orcid.org/0000-0001-7719-5043>

RESUMO Recentemente, historiadores têm revisitado temas a respeito das relações Brasil-EUA na década de 1960. Sob o cenário da Guerra Fria e da deflagração do Golpe Civil-Militar no Brasil, realizamos um estudo sobre a instalação do atual Centro de Lançamento da Barreira do Inferno no Rio Grande do Norte. Mostramos que esse episódio é atravessado pelo controverso governo de Aluizio Alves, pela atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste e da Aliança para o Progresso. Exploramos aspectos sociopolíticos desse episódio, apontamos que persistem questões em aberto acerca desse tema e endereçamos novos questionamentos sobre o caso histórico em discussão.

Palavras-chave história da ciência – ciência brasileira – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) – Aliança para o Progresso – Rio Grande do Norte.

ABSTRACT Recently, historians have revisited themes regarding Brazil-US relations in the 1960s. Under the backdrop of the Cold War and the outbreak of the Civil-Military Coup in Brazil, we carried out a study on the installation of the current Centro de Lançamento da Barreira do Inferno in the state of Rio Grande do Norte. We show that this episode is crossed by the controversial government of Aluizio Alves, by the actions of Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste and the Alliance for Progress. We explore sociopolitical aspects of this episode, point out that there are still open questions about this topic and address new questions about the historical case under discussion.

Keywords history of science – Brazilian science – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) – Aliança para o Progresso – Rio Grande do Norte.

Introdução

Nas últimas duas décadas, a literatura sobre os impactos da Guerra Fria no Nordeste brasileiro vem se ampliando. Em relação a esse assunto, Henrique Alonso Pereira publicou uma série de trabalhos em que explora a temática da atuação da Aliança para o Progresso (APP) – iniciativa do governo estadunidense na luta anticomunista – nessa região do Brasil (Pereira, 2004, 2007, 2009, 2015, 2022). Recentemente, Pedro Carvalho Oliveira tem dedicado seus estudos a também destacar o Nordeste do Brasil como palco da Guerra Fria (Oliveira, P., 2020, 2022). Igualmente, encontramos trabalhos que enfocam elementos da história da educação que são perpassados pelas mesmas políticas externas dos Estados Unidos da América (EUA) no Nordeste brasileiro, como a tese de doutorado de Roselia Cristina de Oliveira (2022) ou mesmo o artigo de Marcos Guerra (2013), que enfoca o evento das Quarenta Horas de Angicos, experiência educacional realizada por Paulo Freire na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, nesse mesmo cenário. Reunidos a outros trabalhos, esses estudos se somam a uma vasta literatura sobre a temática geral das relações Brasil-EUA nesse contexto, como a tese de doutorado de Ricardo Alaggio Ribeiro (2006) e as obras de Felipe Pereira Loureiro (2012, 2020).

Entretanto, é possível notar uma lacuna em uma abordagem até então deixada de lado, ou apenas tangencialmente discutida, na literatura dessa área: a construção do Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno (CLFBI) – posteriormente denominado Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) – no Rio Grande do Norte. A construção dessa instituição insere-se em um contexto de transição entre regimes, uma vez que a obra e a inauguração, que ocorreram nos primeiros momentos após o Golpe Civil-Militar de 1964, decorreram de projetos e iniciativas anteriores, ainda em período de democracia constitucional. A escassez de trabalhos que tratem da construção do CLFBI pode ser associada a diversos fatores: é uma instituição militarizada; muitos documentos ainda não foram organizados e disponibilizados publicamente por esse Centro; ou certa incipiência de trabalhos de história da ciência nacional/local. Mas nos chama atenção a possibilidade de ser fruto, também, de uma visão ingênua, ainda existente, de um distanciamento entre ciência e política. Essa percepção se funda, principalmente, na maneira como as tomadas de decisão acerca da construção dessa instituição frequentemente são referidas: a escolha da região para a instalação de um centro de lançamentos teria se dado por questões técnicas, incluindo a anomalia magnética do Atlântico Sul (Inpe, 1991). Pudemos notar que, quando é abordada alguma questão política sobre o assunto, isso é feito de forma superficial e, na maioria das vezes, se limita a reproduzir a visão exposta em entrevista pelo governador Aluizio Alves nos anos 1990 sobre os eventos que teriam levado à escolha desse estado para a construção do CLFBI (Alves, 1995 *apud* Peixoto, 2003).

Partindo disso, este artigo apresenta uma história política da construção do atualmente chamado CLBI no Rio Grande do Norte, trazendo documentos da diplomacia dos EUA no Brasil recentemente disponibilizados pela iniciativa *Opening the Archives Project* e que mostram divergências em relação aos discursos até então difundidos sobre o tema. Pudemos, dessa forma, apresentar contradições no que foi noticiado naquele período e o que contou o governador Aluizio Alves, tanto à época da construção do Campo de Lançamentos, até em ocasiões mais recentes. Pela narrativa vigente até agora a *National Aeronautics and Space Administration* (Nasa) estaria pressionando o governo militar brasileiro a construir rapidamente um centro de lançamentos e foi graças aos esforços de Aluizio Alves que esse empreendimento teve lugar.

Entretanto, os documentos acima referidos mostram que membros do alto escalão do governo dos EUA afirmaram que suas agências sequer tinham ciência do empreendimento em curso no Brasil e, inclusive, apontaram explicitamente que a iniciativa era totalmente brasileira. Nesse caso, mostraremos ao longo desse artigo como Aluísio Alves tornou-se um político benquisto e passou a receber grandes quantias diretamente do governo estadunidense. Além disso, apresentamos de que maneiras ele pode ter sido influenciado pelo então governo militar a direcionar esforços políticos e financeiros do estado que governava para a construção do CLBI enquanto acreditava ser essa uma demanda dos EUA, país que financiava muitos de seus projetos.

O estudo aqui publicado vale-se, também, de documentos nacionais da literatura sobre as relações Brasil-EUA e de estudos sobre a história da exploração espacial no Brasil. Assim, o objetivo desse artigo é, a partir da história da construção do CLBI, ampliar o conhecimento histórico sobre a ciência brasileira e, ao mesmo tempo, somar-se à literatura acerca das relações Brasil-EUA durante a Guerra Fria.

Um breve esboço do cenário político: do pós-guerra a 1960

O término da Segunda Guerra Mundial foi acompanhado, prontamente, de uma crença ocidental, em especial diante do risco de crise econômica e política nos EUA, de que o capitalismo e a sociedade liberal não tinham sua permanência assegurada (Hobsbawm, 1995, p. 227). O frenesi anticomunista surge, portanto, uma complexa ideologia construída pelas ideias de individualismo e liberalismo econômico constituintes do “americanismo” (termo usado por Hobsbawm), somadas à invenção de um inimigo externo comum a tais princípios, materializado na figura da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Fruto de políticas associadas principalmente à Doutrina Truman e ao Plano Marshall, ou mesmo compreendendo o caráter imperialista adotado pelos EUA enquanto “protetores do mundo ocidental” frente ao expansionismo soviético (Munhoz, 2004), a chamada Guerra Fria marcaria as décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A década de 1940, nos EUA, ainda antes de finalizada a Segunda Guerra Mundial, ficou marcada pelo pacto entre ciência e Estado, no qual a ideia de que o conhecimento científico poderia proporcionar crescente bem-estar social esteve atrelada a políticas de cada vez mais investimentos para o financiamento do empreendimento científico naquele país (Ávila, 2019). Segundo Ávila (2019, p. 125), “o principal documento para compreender esse processo de reorganização no âmbito das Políticas de Ciências e Tecnologia é o chamado ‘Relatório Bush’, encomendado diretamente pelo presidente Franklin D. Roosevelt”. Nesse documento, produzido entre 1944 e 1945, o físico e engenheiro Vannevar Bush, junto de sua equipe, traçava o protagonismo que o conhecimento científico deveria ter no pós-guerra, o que definiu as linhas gerais da Política de Ciências e Tecnologia não só dos EUA, mas também de vários outros países do Ocidente.

Não era muito diferente a visão positiva de ciência que se formou na URSS nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Os investimentos em ciências e tecnologias tomaram forte apelo político nessa região que, segundo Hobsbawm (1995), teve como maior porta-voz nacional (e internacional) um cientista: Andrei Sakharov. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 527), “os cientistas eram membros *par excellence* da nova, grande, educada e tecnicamente formada classe média profissional que iria ser a principal realização do sistema soviético”.

Com tudo isso, a chamada Guerra Fria instaurou-se rapidamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciando uma corrida armamentista e espacial que seria um dos marcadores do novo cenário internacional de polarização (Hobsbawm, 1995) e que perdurou pelas décadas seguintes. Há ampla historiografia, sobre vários ângulos, acerca desse assunto. Para os objetivos desse trabalho, entretanto, enfocamos em como a Guerra Fria e a corrida espacial tiveram lugar no Nordeste brasileiro e, principalmente, no estado do Rio Grande do Norte. Os parágrafos que se seguem são um breve panorama do cenário político do pós-guerra nesse estado, em que trazemos alguns tópicos que consideramos pertinentes para as discussões referentes ao recorte histórico propriamente analisado nesse artigo.

O Rio Grande do Norte frente à conjuntura política nacional

No Brasil, com o fim da Segunda Guerra Mundial veio o fim do chamado Estado Novo e o início do processo de redemocratização no país, cuja primeira eleição presidencial levou ao poder Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas. Lima (2010) aponta que o ano de 1945 foi marcado pela intensidade dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Norte, com ampliação da mobilização da população em atividades políticas e rápidas articulações ainda nos primeiros meses daquele ano. Organizaram-se partidos políticos nacionais com representação no Rio Grande do Norte, como: a União Democrática Nacional (UDN), com ampla frente de oposição ao governo Vargas; o Partido Comunista do Brasil (PCB), que passara a ocupar a cena pública em 1945 no Rio Grande do Norte com diversas manifestações; o Partido Social Democrático (PSD); alguns outros partidos, como o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), bem como a organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que se colocava como defensor dos interesses da classe proletária (Lima, 2010).

Segundo Sotana (2014), os comunistas brasileiros, no período do governo Dutra, sofreram todo tipo de perseguições e restrições, sobretudo, em função da Guerra Fria. Em sua tese de doutorado, Lima (2010) nos conta como, com a forte ocupação do espaço público pelos comunistas – a maioria à frente dos movimentos sindicais – e as oposições a tais movimentos, o cenário político em 1945 no Rio Grande do Norte também refletia, em algum nível, a polarização política que se ensaiava no panorama internacional.¹ Essa mesma autora aponta ainda que, no contexto potiguar, todas as manifestações políticas eram acompanhadas pela Igreja católica, que passou a desenvolver intensa campanha anticomunista no estado, como a organização de palestras e comícios no interior do estado e a mobilização de padres, que discursavam em prol da campanha. Para lutar contra os supostos inimigos da tradição cristã, a Diocese de Natal reconstituiu, em 1945, a Liga Eleitoral Católica (LEC), que tinha o intuito de organizar e direcionar politicamente os católicos. Lima (2010, p. 86) recorta alguns trechos do Jornal católico *A Ordem* desse mesmo ano que exemplificam o embate contra o comunismo, em que defendiam que os católicos não poderiam permitir que “a foice e o martelo soviético substituam a bandeira verde e amarela” ou por meio de manchetes, como “Viva o Brasil, morra o comunismo!”. Do outro lado, segue a historiadora, os comunistas criaram pelo interior do estado – onde a Liga Eleitoral Católica atuava fortemente – comitês políticos e realizavam diversas reuniões com a população. Tal disputa refletia-se, ainda, nos discursos políticos dos partidos, como a UDN, que buscava associar estrategicamente o PSD de Dutra ao comunismo, por exemplo.

1 Sobre as raízes do anticomunismo no Brasil, ver Motta (2002).

Essas estratégias não eram muito diferentes no panorama nacional e na disputa pela presidência da República. Os discursos utilizados entre os apoiadores de Dutra, Eduardo Gomes e Ildo Fiúza, comumente adentravam o mesmo tópico. Nas eleições em que Gaspar Dutra (PSD) assumiu a presidência da República, esse também teve maioria no estado do Rio Grande do Norte, sem muita diferença em relação a Eduardo Gomes (UDN), enquanto Fiúza (PCB) teve maioria na cidade de Natal. Lima (2010) aponta que, no interior do estado, tanto a UDN quanto o PSD beneficiaram-se da campanha anticomunista disseminada pela Liga Eleitoral Católica. Nessas mesmas eleições, Aluizio Alves foi um dos dois deputados federais eleitos pela UDN.

Já nas eleições de 1950, Lima (2010) expõe a grande evidência que o Rio Grande do Norte ganhou em âmbito nacional, em função da presença do potiguar Café Filho (PSP) como candidato à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas (que foi eleito pelo PTB). No estado, a propaganda udenista se dava, principalmente, pela veiculação do recém-criado jornal *Tribuna do Norte*, ligado à UDN e fundado por Aluizio Alves. A historiadora também nos traz recortes desse jornal que mostram que o termo “populismo” – em sentido negativo – foi frequentemente utilizado pela UDN, estrategicamente, nos discursos contrários à candidatura de Vargas (Lima, 2010, p. 176). A autora indica, ainda, que a Liga Eleitoral Católica realizou forte campanha contrária a Café Filho, entretanto, ainda que com maioria católica, a população do Rio Grande do Norte votou, com ampla maioria, nesse candidato à vice-presidência da República. Aluizio Alves se reelegeu deputado federal pela UDN.

O início da segunda metade do século XX foi marcado por alguns momentos importantes para se entender a construção do cenário político que se apresentava no Rio Grande do Norte na década de 1960. Lima (2010) indica que as eleições de 1952 terminaram, pela primeira vez, com certo equilíbrio no resultado do pleito entre os três principais partidos no estado: PSD, UDN e PSP (esse último em pleno crescimento, dada a presença de Café Filho na vice-presidência da República). Outro acontecimento importante foi o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, o que levou Café Filho à presidência da República, evidenciando ainda mais o Rio Grande do Norte no panorama político nacional. Com Café Filho como chefe do Poder Executivo, ensaiavam-se as eleições de 1955. No Rio Grande do Norte, formou-se a Frente Popular Democrática (FPD), lançando Dinarte Mariz como candidato ao governo do estado. A FPD era composta pela UDN, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), pelo Partido Social Trabalhista (PST) e pelo PSP. Este último entrara na aliança ao negociar o nome de Djalma Maranhão para a prefeitura de Natal (Lima, 2010, p. 281-282). Já no cenário nacional, o nome de Juscelino Kubistchek (PSD) – tendo João Goulart como vice, fruto de uma aliança com o PTB, importante para atrair os getulistas – era lançado para o cargo de presidente da República. As candidaturas de Dinarte Mariz e Juscelino Kubistchek foram vitoriosas naquele ano.

Segundo Macedo (1999), após a vitória de Dinarte Mariz para o cargo de governador do estado do Rio Grande do Norte, em 1956, começaram a surgir conflitos entre esse e Aluizio Alves, também udenista e reeleito deputado federal nas eleições de 1954 e 1958. Os embates entre ambos seguiriam até a disputa pelo governo do estado norte-rio-grandense em 1960, quando Aluizio Alves (agora no PSD) saiu vitorioso contra o nome apoiado por Mariz: Djalma Aranha Marinho. Nessas eleições, Macedo (1999) aponta que ficou evidenciado o caráter populista assumido pela campanha de Aluizio Alves, que ficou conhecida como “Cruzada da Esperança”, e que daria o tom, segundo essa pesquisadora, do governo Alves, ainda que sejam feitas ressalvas em relação à ligação de Aluizio aos setores oligárquicos do estado.

Segundo Dias e Santos (2013), a heterogeneidade característica da UDN é fundamental para se compreender as eleições de 1960, que levaram Jânio Quadros à sucessão presidencial. De acordo com os autores, o então governador de São Paulo, Jânio Quadros, demonstrava-se um candidato de grande força e com amplo apoio popular, que se somaria, ainda, ao apoio de Lacerda e outros udenistas de peso. Dias e Santos (2013, p. 1783) colocam ainda que “a campanha Jânio Quadros incendiou o país com a sua oratória popular, suas promessas de moralização administrativa, entremeadas com ideias de libertação econômica e social, participação dos empregados nos lucros das empresas e a nova política externa”.

A eleição de Jânio Quadros viria, ainda, acompanhada de algo peculiar: um presidente apoiado pelo principal partido de direita, a UDN, com um vice-presidente eleito por um partido de esquerda, João Goulart, do PTB, adversário político de Quadros (Nicolau, 2022). Contudo, antes de seguirmos, deslocaremos um pouco nossos olhares para o panorama internacional na virada entre as duas primeiras décadas da segunda metade do século XX.

O Brasil, o Nordeste, a Guerra Fria e a corrida espacial

A partir da década de 1950 emergiu uma série de movimentos de guerrilha na América Latina, tendo um deles culminado na Revolução Cubana, em 1959 (Barbalho, 2020). Após a deposição do ditador Fulgêncio Batista (apoiado pela administração Eisenhower), realizada pelo movimento liderado por Fidel Castro, significativas mudanças ocorreram nas relações interamericanas (Pereira, 2022). Segundo Barbalho (2020), com a vitória do movimento, o grupo político do líder cubano instituiu um governo de orientação nacionalista que levou a um contínuo atrito diplomático com Washington, ao passo que inspirou parte dos setores nacionalistas e das esquerdas latino-americanas. Além disso, Ribeiro (2006) destaca que, a partir de então, houve crescente associação de Fidel com a URSS alguns anos mais tarde, o que aprofundou a crise com os EUA, levando ao rompimento de relações econômicas entre os dois países em 1960 e, posteriormente, à ruptura diplomática no início de 1961.

Dados esses acontecimentos, o governo dos EUA concluíra que a América Latina se tornava um dos mais importantes e críticos cenários da Guerra Fria (Pereira, 2022; Oliveira, P., 2022). De acordo com Pedro Oliveira (2022), o socialismo havia chegado a uma região onde existiam diversos países em condições análogas às da ilha caribenha: pobreza estrutural histórica, diferenças sociais profundas, sistemas produtivos ultrapassados e ruralismo latifundiário predominante. Pereira (2022) indica que tal entendimento colocava a questão da América Latina em evidência nos discursos políticos da virada da década. Como exemplo, em pronunciamento, o então candidato à presidência dos EUA, John Kennedy, enfatizou a necessidade de iniciativa e liderança presidencial nas questões externas, em especial, na América Latina, prometendo criar uma equipe que agiria nesse sentido (Pereira, 2022). Ribeiro (2006) chama atenção que, nesse mesmo contexto, o governo brasileiro, na figura do presidente Juscelino, declarou no Comitê dos 21 (um comitê de deliberação da Organização dos Estados Americanos), em setembro de 1960 na cidade de Bogotá, a necessidade de programas de cooperação financeira para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Segundo o mesmo autor, essa defesa de Kubitschek ao que se nomeou Operação Pan-Americana (OPA), buscava superar o antiamericanismo reinante e abrir espaço para maior cooperação internacional.

Essa construção discursiva sobre a América Latina foi utilizada, segundo Pereira (2007), pela administração do então eleito presidente Kennedy para desenhar, desde então, a atmosfera que culminaria na Aliança para o Progresso (APP), que teve forte inspiração na OPA, ainda que com significativas diferenças. A APP foi criada em agosto de 1961 no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano, em Punta del Este, e foi, segundo Oliveira (2020, p. 448),

um dos instrumentos pensados pelos EUA para a manutenção de sua posição de predominância sobre os países latino-americanos, historicamente sombreados pelos interesses do “Grande Irmão do Norte”, embora esta iniciativa fosse exposta por seus intelectuais institucionais, pela força tarefa que a colocou em prática, como um projeto de cooperação objetivando tão somente o desenvolvimento econômico da região.

Esse mesmo autor aponta, ainda, que na visão da administração Kennedy, o dinheiro a ser injetado na América Latina por meio do programa resultaria “inevitavelmente no alinhamento de seus países ao bloco capitalista, pois a modernização e a reestruturação deles os levariam ao único caminho possível: o da democracia liberal” (Oliveira, P., 2022, p. 260). Para sua realização, o fornecimento de recursos financeiros aos países latino-americanos ocorreria pela United States Agency for International Development (Usaid), criada três meses após a APP.

Em dois trabalhos recentes sobre o Nordeste brasileiro na Guerra Fria, Pedro Oliveira (2020; 2022) aponta que a APP teve essa região como foco de suas operações. Segundo esse autor, desde antes da APP, os EUA já identificavam o Nordeste do Brasil como uma região complicada, onde “a pobreza estrutural resultante de uma combinação entre um profundo atraso no sistema produtivo e as precárias condições de vida entre os pobres sinalizavam para um território propenso à agitação política” (Oliveira, P., 2022, p. 262). A situação, vista aos olhos daquele país, se agravava no Nordeste brasileiro desde o início dos anos 1960 com os avanços das Ligas Camponesas, associações de trabalhadores rurais, além da participação de líderes socialistas entre os trabalhadores do campo, incitando a revolta social organizada. Oliveira (2020, p. 448) sinaliza, ainda, que isso levou “a inteligência estadunidense à convicção de que o Nordeste brasileiro poderia se tornar uma nova Cuba caso os EUA não agissem”. Motta (2002) aponta, de maneira geral, que a visão de que o comunismo era uma ameaça no Brasil se intensificou a partir dos avanços de diversos movimentos favoráveis a transformações sociais além das Ligas Camponesas, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP), por exemplo.

Pereira (2009) destaca que o Brasil foi o país latino-americano que mais recebeu investimentos do novo programa de política externa dos EUA na década de 1960, e que o Nordeste era visto como “uma região explosiva”. Além disso, indica o autor, o Nordeste foi o alvo principal da APP no Brasil. Mas, para compreender a forma de atuação estadunidense nessa região, precisaremos olhar para as iniciativas brasileiras desse mesmo período.

Uma série de condicionantes sociais, econômicos e políticos no Nordeste do Brasil, ao final da década de 1950, chamavam a atenção do poder federal. Ribeiro (2006, p. 138) coloca que o surgimento de políticas públicas nesse período, direcionadas especificamente para o Nordeste, deve ser entendido como “fruto do pensamento desenvolvimentista, relacionando-o diretamente com a vontade de realizar mudanças na estrutura econômica e social brasileira”. Assim, sob coordenação do economista Celso Furtado, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que concebia um novo padrão de investimento estatal

na busca por corrigir disparidades regionais (Ribeiro, 2006), integrando a região a um projeto nacional de desenvolvimento econômico (Barbalho, 2020).

Ribeiro (2006) segue seu relato sobre o início da Sudene apontando que o primeiro Plano Diretor foi aprovado no início de 1961, praticamente ao mesmo tempo em que Kennedy anunciava a APP. A Sudene foi subordinada ao presidente da República que, no entanto, não tinha o poder de regular todas as partes do programa, tampouco de investigar e controlar o orçamento de outras agências envolvidas nos projetos. Ribeiro (2006, p. 140) complementa informando que

este foi um fator que pesou na recepção de Furtado da ajuda externa. Como um nacionalista-desenvolvimentista, ele tinha a visão de que o desenvolvimento da região era uma tarefa brasileira, mas pensava que uma ajuda seria benéfica caso os EUA decidissem apoiar os planos brasileiros para a região.

A fim de receber ajuda econômica dos EUA, Celso Furtado dirigiu-se a Washington quando, em 14 de julho de 1961, reuniu-se com Kennedy e outros personagens (Barbalho, 2020). Celso Furtado, após entregar uma cópia do Plano Diretor da Sudene ao presidente norte-americano, ouviu dele indicativos de que os EUA teriam grande interesse no tema dos problemas do Nordeste brasileiro (Ribeiro, 2006, p. 141-142). Barbalho (2020) conclui que, em termos de relações públicas, a reunião foi positiva para ambas as partes. Do lado brasileiro, Furtado saía do encontro, um mês antes da formalização da APP em Punta del Este, com a certeza de que a Casa Branca daria apoio à Sudene.

O final da década de 1950 foi, também, marcado pelos primeiros feitos da corrida espacial, parte importante da chamada Guerra Fria. Durante esse período, como coloca Munhoz (2004), Estados Unidos e União Soviética se “enfrentavam através de ‘satélites’” como parte dos esforços para consolidação de seus projetos políticos. No que diz respeito à área espacial, o desenvolvimento de mísseis balísticos intercontinentais representaria considerável demonstração de desenvolvimento tecnológico e científico. Gomes e Ribeiro (2020) apontam, então, que é nesse contexto que a URSS realizou, em 4 de outubro de 1957, o primeiro lançamento do tipo, portando o igualmente pioneiro *Sputnik I*, seguido, no mês seguinte, pelo lançamento do *Sputnik II*, este portando instrumentos científicos e levando o primeiro ser vivo à órbita terrestre, a cadela Laika. Em 12 de abril de 1961, o soviético Yuri Gagarin tornava-se o primeiro homem em órbita terrestre.

Os esforços soviéticos e estadunidenses na iniciativa espacial eram acompanhados em todo o mundo. No Brasil, podemos encontrar nos principais jornais desse período a cobertura dos eventos da corrida espacial. A título de exemplo, a revista *Manchete*, uma das principais de sua época, publicou, na edição de 19 de outubro de 1957, reportagem especial intitulada “Preparam-se os russos para a viagem à Lua”.²

Na matéria, coloca-se que “o lançamento do ‘Sputnik’, o satélite artificial russo, marca o início de uma nova era para a ciência mundial” e acrescenta-se que Moscou “falou na vitória dos cientistas russos, na excelência do regime socialista”. A reportagem traz, ainda, trechos que apontam para o fracasso da propaganda estadunidense acerca de seu programa espacial frente ao sucesso da missão soviética. Quatro anos mais tarde, esse mesmo jornal cobriria a ida

2 Matéria completa disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=20256>. Acesso em: 30 maio 2023.

do primeiro homem ao espaço. Em 29 de abril de 1961, a *Manchete* trazia reportagem sobre “a volta ao mundo em 80 minutos”, com Yuri Gagarin na capa da revista.³ Logo em seguida, a revista traz uma análise sobre os desafios para futuras missões à Lua e comentários sobre o próprio Yuri Gagarin. A reportagem segue, em destaque, com a manchete “Os colombos da década de 60 partem para a descoberta de admiráveis mundos novos”, que a astronáutica se tornaria “a grande atividade humana do decênio 1960-1970” e que “os soviéticos mandam no jogo”, mas que “os americanos não ficam inativos”.

No Brasil, desde os anos finais da década de 1950, havia iniciativas no campo aeroespacial, sobretudo por parte de instituições militares – principalmente da Aeronáutica, mas também da Marinha (Pontes, 2015; Antunes, 2016). O foco contínuo da imprensa internacional nos eventos da Guerra Fria mobilizou, no final daquela década, a promoção da 1ª Reunião Interamericana de Pesquisas Espaciais, ocorrida na Argentina, em 1960, com a presença de pesquisadores brasileiros, quando se acordou sobre a necessidade de incentivos locais à formação de iniciativas governamentais voltadas à pesquisa espacial (Antunes, 2015). Câmara (2011) aponta que, no início de 1961, os membros da Sociedade Interplanetária Brasileira (SIB), associação fundada em 1953 em São Paulo com cientistas interessados na temática de viagens ao espaço, entregaram uma carta ao presidente Jânio Quadros afirmando que o Brasil não poderia se omitir no campo das atividades espaciais.

O governo nomeou, em 17 de maio de 1961, uma comissão para estudar e sugerir a política e o programa de pesquisas espaciais (Gouveia, 2003; Antunes, 2015). Em 29 de julho desse mesmo ano, Yuri Gagarin visitou o Brasil e se encontrou, em 2 de agosto, com Quadros, que o condecorou com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (Antunes, 2015). No dia seguinte, o então presidente assinou o Decreto n. 51.133, de 3 de agosto de 1961, que criava o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Gocnae).⁴ Gouveia (2003, p. 4) indica que tal decreto tinha por objetivo “dotar o país de uma organização que pudesse iniciar atividades relacionadas com a utilização do espaço e constituir um núcleo de pesquisadores capaz de tratar dos problemas espaciais, promovendo a cooperação entre os estudos científicos conduzidos em nações já mais adiantadas”.

Todos esses eventos no cenário brasileiro foram, em alguma medida, impactados quando da renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. A tomada de posse de seu vice, João Goulart, seria fortemente questionada e se seguiria de iniciativas contrárias por parte de militares, grupos conservadores e adversários políticos. O autor coloca, ainda, que tal movimento ocorreu tendo por base justificativas embasadas nas tendências ideológicas mais alinhadas à esquerda de Jango. Ainda assim, Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, em meio a um regime parlamentarista que perdurou até 1963.

O ocorrido também impactou iniciativas de acordos no âmbito da APP. Barbalho (2020) comenta que, desde a visita de Celso Furtado aos EUA, o presidente norte-americano exigiu que o Departamento de Estado conferisse celeridade ao planejamento do futuro acordo com o Brasil. O programa bilateral de desenvolvimento do Nordeste brasileiro já havia, inclusive, sido anunciado oficialmente por Kennedy em sua declaração de 14 de julho daquele ano (antes da

3 Matéria completa disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=38777>. Acesso em: 30 maio 2023.

4 Que mais tarde, em 1963, passaria a se chamar apenas Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Cnae) e, ainda depois, passaria a ser subordinada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

renúncia de Jânio Quadros). Ribeiro (2006) relata que a renúncia contribuiu para a visão estadunidense de instabilidade institucional entre os países ao sul, levando, segundo Barbalho (2020, p.62), a embaixada norte-americana a comunicar ao Departamento de Estado que a unidade do território brasileiro estaria em risco por conta da atuação de grupos comunistas no Nordeste. Nesse contexto, o ambiente positivo criado pela reunião da semana anterior, com Furtado, se desvaneceu rapidamente (Ribeiro, 2006). Ribeiro (2006) aponta que a própria imprensa estadunidense passou a expressar preocupações com a APP no Brasil, como o *The New York Times*, que publicou em 1 de setembro daquele ano que viam “na ameaça de guerra civil no Brasil uma condução conservadora para impedir as necessárias reformas sociais e a implantação do plano da Aliança para o Progresso”. Além disso, no Brasil a ascensão de Goulart à presidência da República gerou preocupação em torno da Sudene por parte de governadores do Nordeste (Oliveira, P., 2022, p. 269).

Assumindo o cargo de chefe do Executivo, em meio a um quadro político, econômico e social conturbado, Goulart deu continuidade às estratégias de políticas de financiamento externo, não perdendo de vista a cooperação entre a APP e o governo brasileiro (Barbalho, 2020). Em abril de 1962, João Goulart encontrou-se em Washington com John Kennedy, o que resultou na assinatura do Acordo de Cooperação Financeira e Técnica para o Desenvolvimento do Nordeste – ou Northeast Agreement (Acordo Nordeste), como ficou conhecido na imprensa estadunidense –, que marcou oficialmente a implantação da APP no Brasil (Oliveira, R., 2022).⁵ Pereira (2015) aponta que, como previsto, a maioria dos recursos da APP seria aplicada no Nordeste, sendo a Sudene o principal gestor e fiscalizador das verbas e projetos implementados pelo programa norte-americano. Com isso, foi instalado em Recife um escritório da Usaid, que deveria atuar em parceria com a Sudene (Pereira, 2007).

Tão logo firmou-se o Acordo Nordeste, que fazia com que o governo federal brasileiro, por meio da Sudene, se tornasse intermediador das verbas da APP na região, a figura de Goulart passou a ser um problema. De acordo com Ribeiro (2006), Goulart se aproximou da esquerda e se desengajou em relação aos compromissos firmados com Kennedy. Segundo Pedro Oliveira (2022, p. 269), a Sudene passou a ser criticada e classificada como “mais um órgão subversivo a serviço de Goulart”, ideia bastante difundida entre governadores nordestinos e que convenceria a força-tarefa da APP de que “a luta contra os soviéticos no Nordeste estava comprometida se o programa mantivesse a Sudene em seu papel moderador”.

Ribeiro (2006, p. 182) comenta que a Usaid, localizada em Recife, passou a indicar que deveria ter mais liberdade do que aquela prevista pelo acordo, o que criava um problema de relacionamento entre essa agência e a Sudene. Enquanto a Sudene procurava manter o controle operacional sobre as atividades da Usaid no Nordeste do Brasil, o governo estadunidense não estava satisfeito com as restrições impostas pelo órgão brasileiro. Diversos historiadores (Ribeiro, 2006; Oliveira, P., 2022; Pereira, 2015) argumentam que, de fato, a Sudene, naquele momento, representava um risco aos reais interesses da APP no Brasil: a luta contra o comunismo; o que exigia ações mais incisivas para que os recursos do programa pudessem ser utilizados para tal. Como parte das políticas que Loureiro (2012) denominou de “abordagem dupla”, surge o que

5 O acordo foi assinado por Dean Rusk (secretário de Estado dos EUA) e San Tiago Dantas (ministro das Relações Exteriores) e disponibilizava para a região brasileira cerca de US\$ 131 milhões de dólares durante os 5 anos de vigência, fixando as bases do programa de cooperação de curto e longo prazos, com projetos a serem desenvolvidos pela Sudene e pela Usaid (Ribeiro, 2006). O Acordo foi fortemente embasado no relatório da Missão Bohan – para mais informações, ver Ribeiro (2006) e Roselia Oliveira (2022).

Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil, chamou de “Ilhas de sanidade”, nome dado aos governos e prefeituras dispostos a receberem recursos diretamente dos EUA sem a mediação do Poder Executivo brasileiro, o que era ilegal à época (Oliveira, P., 2022). Em suma, como a Sudene respondia ao Poder Executivo brasileiro sob a figura de João Goulart, a APP passou a operar diretamente com alguns estados e municípios no Brasil, as ilhas de sanidade, escolhidas pelo governo estadunidense para receberem verba diretamente sem passar pelo órgão federal, o que deveria tirar grande parte do controle da Sudene sobre a maneira como operava a Usaid e, ao mesmo tempo, permitir que apenas governos alinhados com os objetivos estadunidenses fossem financiados.

Pereira (2007) aponta que tais “ilhas” receberam grande privilégio do governo estadunidense na implantação de projetos ligados à APP. Ribeiro (2006) acrescenta que tais políticas desviavam os recursos para aqueles estados da federação mais alinhados ao pensamento da APP e, ao mesmo tempo, financiavam organizações e partidos políticos que se opunham ao governo Goulart. A visão de Loureiro (2020) vai ao encontro dessa análise ao defender que a ajuda direta a governantes visava sustentar entidades consideradas amigáveis, ao mesmo tempo em que não fortalecesse o presidente João Goulart. Segundo esse autor, haveria governadores “amigos dos EUA”, tais como Carlos Lacerda, Cid Sampaio e Juraci Magalhães (todos da UDN), que estavam à frente das principais administrações apoiadas por meio dos recursos acordados diretamente com estados. Enquanto isso, do outro lado, havia os “inimigos dos EUA”, como Leonel Brizola (PTB) e Miguel Arraes (PST), que deveriam receber “tratamento gelado”. Nesse contexto, Pereira (2007, 2009, 2022) defende que o Rio Grande do Norte foi a principal “ilha de sanidade” no Nordeste brasileiro. Daremos ênfase, a partir de agora, à dinâmica política entre o estado do Rio Grande do Norte, especialmente na figura do então governador Aluizio Alves, e os EUA, por meio da APP e da Usaid.⁶

No final de junho de 1962, Aluizio Alves dirigiu-se à Casa Branca, após reclamar na sede da APP em Recife sobre a forma como o programa operava no Brasil, visando defender a inserção direta do Rio Grande do Norte no programa estadunidense, visto que havia sido informado que a Aliança apenas poderia examinar projetos que vinham por intermédio da Sudene (Oliveira, R., 2022). Pereira (2007, p. 7) afirma que, naquele momento, “se Pernambuco foi considerado pelo governo norte-americano como uma espécie de centro da ‘subversão’ no Nordeste, o Rio Grande do Norte deveria ser o seu contraponto”. Sobre essa citação, a primeira afirmativa refere-se aos avanços das Ligas Camponesas e à figura de Miguel Arraes, que assumia posturas fortemente agressivas em relação aos investimentos estadunidenses. Já a segunda relaciona-se, dentre outros fatores, à liderança estadual do Rio Grande do Norte, considerada alinhada aos interesses dos EUA.

Roselia Oliveira (2022) aponta que a viagem de Aluizio Alves aos EUA possibilitou um convênio direto com aquele país, denominado Manifesto Natal. Em agosto, foi redigido o documento que formalizava tal convênio, cujo instrumento seria o Impact Program (um plano assistencialista de curto prazo), montado com recursos retirados do Acordo Nordeste e que “representava um grande perigo para Celso Furtado e a Sudene, pois se um estado podia negociar separadamente com a Usaid, os outros poderiam também fazê-lo” (Ribeiro, 2006, p.

6 Nesse momento, vale antecipar que o governo militar procurou diretamente esse governador, logo após o golpe de 1964, para que esse dispusesse esforços políticos e financeiros para a rápida construção de um centro de lançamentos de foguetes no Rio Grande do Norte, o que foi feito e culminou no CLFBI. Por isso a ênfase no referido personagem.

186). O entendimento da Sudene era que os projetos executados na região deveriam passar pela Superintendência (Loureiro, 2012). Assim, esse primeiro acordo não se efetivou devido ao impedimento legal e administrativo existente de convênios com administrações estaduais (Oliveira, R., 2022). De acordo com Ribeiro (2006), em setembro do mesmo ano Furtado sugeriu um encontro com representantes dos nove estados nordestinos, na tentativa de reaver os compromissos dos EUA com a instituição que representava.

A situação pode ser bem compreendida a partir do diálogo ocorrido na Casa Branca em 30 de julho de 1962 entre o presidente Kennedy e Lincoln Gordon:

Gordon: [...] um dos projetos, [no] Nordeste, por exemplo, acho que a gente deveria levar adiante. Existem alguns governadores: governador do Rio Grande do Norte... Acho que ele não viu você, Aluísio Alves, mas viu todo mundo na cidade. Ele esteve aqui cerca de três semanas atrás. Este é um cara muito bom.

Presidente Kennedy: Este é Vicente, não é o Rio, é?

Gordon: Rio Grande del [sic] Norte.

Presidente Kennedy: Aqui é o Rio.

Gordon: É um pequeno estado no Nordeste.

Presidente Kennedy: Ah, entendo. Não, eu não o vi.

Gordon: Este é um pequeno estado no Nordeste. Este é um sujeito de 40 anos, enérgico como pode ser, não um demagogo, honesto. Ele é...

Presidente Kennedy: Quão fortes são os comunistas lá?

Gordon: Como tal, o partido é fraco.

Presidente Kennedy: Mas é só que eles os tiraram...

Gordon: [Não está claro] nós gostamos.

Presidente Kennedy: Mas agora eles acabaram de dominar boa parte da esquerda?

Gordon: Eles dominaram boa parte da esquerda. E eles estão em alguns pontos-chave e estão se organizando...

Presidente Kennedy: Goulart dá abrigo a eles?

Gordon: Ele lhes dá abrigo tanto no governo quanto nos sindicatos. [...].⁷

Barbalho (2020, p. 19) coloca que, tão logo o Acordo Nordeste fora assinado, os EUA passaram a fazer do programa "uma técnica para favorecer grupos políticos pró-EUA nas eleições gerais de outubro de 1962". Ribeiro (2006) aponta que a conjuntura política de Pernambuco e a presença do candidato Miguel Arraes nas eleições de 1962 para governador desse estado foram importantes fatores para as iniciativas da Usaid em se articular diretamente com estados e municípios. Pereira (2009) indica que os EUA acompanharam de perto as eleições brasileiras desse ano. As eleições vieram acompanhadas de denúncias do uso político da verba da Usaid,

7 Áudio disponibilizado em: <https://millercenter.org/the-presidency/secret-white-house-tapes/meeting-brazil>. Acesso em: 5 jun. 2023. Transcrição disponível no livro *The Presidential recordings: John F. Kennedy* (Naftali, 2001). Tradução nossa.

tanto por parte de Celso Furtado e técnicos da Sudene, quanto por Arraes, que vencera as eleições contra o grupo apoiado pelos EUA (Barbalho, 2020).

Enquanto isso, os impedimentos ao prosseguimento do convênio entre o Rio Grande do Norte e os EUA, o Manifesto Natal, não pararam as iniciativas de Alves. Loureiro (2012) nos conta que, em novembro de 1962, Aluizio Alves foi a Brasília à procura do primeiro-ministro Tancredo Neves e ameaçou denunciar João Goulart publicamente se o convênio não fosse concluído. O primeiro-ministro, então, solicitou que o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, redigisse uma autorização para que Alves tratasse diretamente com os EUA (Oliveira, R., 2022). Assim, em 3 de dezembro de 1962, foi assinado na sede da Sudene, em Recife, o convênio entre o Rio Grande do Norte e a APP, com presença de Aluizio Alves, representantes da APP, um membro da embaixada estadunidense, o ministro do Planejamento, Celso Furtado, e outros convidados (Oliveira, R., 2022), cujo registro fotográfico encontra-se a seguir, na Figura 1.



Figura 1: Assinatura do convênio entre o Rio Grande do Norte e os EUA
Fonte: Oliveira, R. (2022, p. 17).

Ao longo desse mesmo ano de 1962, o recém-criado órgão destinado à ciência aeroespacial, a Gocnae, tendo como primeiro presidente o coronel Aldo Vieira da Rosa, trabalhava na elaboração de seu plano de pesquisas com a colaboração de Fernando Mendonça, cuja participação no planejamento inicial desse órgão já fora sugerida desde o projeto inicial encaminhado a Jânio Quadros (Inpe, 1991). Antunes (2016) relata que Fernando Mendonça trabalhava na área espacial desde 1958, quando se graduou pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e iniciou o doutoramento na Universidade de Stanford, onde realizou estudos no campo da radiociência. Até retornar ao Brasil, em 1963, Mendonça atuou como representante da Gocnae nos EUA, mantendo relações com a Nasa. Antunes (2015, p. 86) aponta que a função do Gocnae passava por dotar o país de uma infraestrutura capaz de realizar trabalhos com exploração espacial e formar um corpo técnico de pesquisadores. Também lhe foi dado o encargo de “criar a Política Espacial Brasileira e a legislação correspondente, o que fazia dele um órgão executor e normativo ao mesmo tempo”.

O próprio Aluizio Alves conta que conheceu Fernando Mendonça em 1962:

O Departamento de Estado me convidara para visitar os Estados Unidos, em 1962. O Nordeste preocupava. As Ligas Camponesas, saindo de Recife para outras áreas, as resistências da Sudene à Aliança para o Progresso, poderiam, com outros fatores, invalidar o esforço de desenvolvimento da região. Em visita à Califórnia, para conhecer os resultados da agricultura irrigada, programei uma visita e conversas na Universidade de Stanford. E lá, sem acerto prévio, conheci o trabalho que estava sendo elaborado pelo capitão da Aeronáutica brasileira Fernando Mendonça, para a implantação de uma base de lançamentos de foguetes, provavelmente no Ceará, para estudos aeronômicos na ionosfera, usando o que havia de mais moderno. Na despedida, brinquei com o capitão Mendonça: se quiser esquecer que é cearense, localize a base no Rio Grande do Norte e terá todo o meu apoio (Alves, 1995 *apud* Peixoto, 2003, p. 81).

No início de 1963, a vitória de Arraes em Pernambuco havia repercutido em uma série de discursos a respeito do futuro da APP na região, incluindo o embaixador Lincoln Gordon que passara a discriminar quais governadores eram bem ou malquistos pelo programa (Barbalho, 2020). O embaixador enviou um telegrama para a Secretaria de Estado dos EUA em 12 de abril de 1963 dizendo, entre outras coisas, que os EUA deveriam “ser capacitados para avançar com grande esforço de pessoal e recursos em toda a região, exceto Pernambuco, apoiando fortemente governadores efetivos no Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, mas também incluindo estados menos populosos, onde pequenos volumes de recursos podem fazer grande diferença” (Gordon, 1963a, tradução nossa).

Esse cenário foi propício para que Aluizio Alves, então governador do Rio Grande do Norte, buscasse (e conseguisse) assumir certo protagonismo frente às relações entre a APP e os estados do Nordeste. Barbalho (2020) aponta que, em 29 de julho daquele ano, Aluizio Alves discursou, em reunião com a presença de João Goulart e governantes da região, em defesa de uma agenda reformista para o Nordeste e do investimento do capital externo. Esse discurso foi traduzido na íntegra por Lincoln Gordon e enviado para o Departamento de Estado dez dias após sua publicação. Barbalho (2020, p. 112) resume bem o conteúdo do que ficou conhecido como a Declaração dos Governadores do Nordeste, em que Alves chamaria a atenção do público para a condição político-social dominante na região, a qual teria classificado como subversiva. Alves aproveitou para atacar a administração de João Goulart, colocou o governo do Rio Grande do Norte como identificado com o esforço de mudança e tinha, segundo Barbalho, o objetivo de “deixar claro para os representantes norte-americanos a identificação do Rio Grande do Norte com sua agenda externa”. No documento enviado por Gordon (1963b) ao Departamento de Estado, o embaixador enfatizou que a declaração havia sido assinada por todos os governadores, exceto por Arraes.

Na semana seguinte àquela em que Gordon enviara esse referido documento, a Central Intelligence Agency (CIA) produziu um relatório especial tratando dos movimentos favoráveis e contrários à APP, citando Aluizio Alves como alguém pró-Aliança e Miguel Arraes como alguém contrário, e mencionando a Declaração dos Governadores do Nordeste (CIA..., 1963). Barbalho (2020, p. 113) comenta que nesse relatório a CIA “identificou o governador potiguar como uma liderança progressista que estaria se contrapondo às mentiras divulgadas pelos supostos inimigos dos EUA”. Alves passaria a ganhar cada vez mais prestígio junto ao governo

dos EUA. Ao segundo dia de setembro de 1963, o cônsul-geral dos EUA Delgado-Arias emitiu um documento para o Departamento de Estado falando sobre o governador potiguar, sinalizando que ele “aspira ao cargo [de porta-voz] e, de muitas maneiras, é adequado para isso” (Delgado-Arias, 1963). Dois meses mais tarde, em 2 de novembro, Aluízio Alves foi a uma reunião em Recife, quando, segundo Edward J. Rowell (1963), então ministro cônsul-geral, em telegrama ao Departamento de Estado, “não mediu esforços para elogiar a APP”, além de ter, segundo o ministro, atribuído a culpa da situação financeira do Rio Grande do Norte à URSS e tendo recebido, ao final da reunião, 150 milhões da Usaid/NE para o programa educacional do estado. Com tudo isso, segundo Pereira (2007), Alves emergia como o novo foco da APP e o Rio Grande do Norte como nova vitrine do programa.

Enquanto isso, nesse mesmo ano de 1963, a Cnae passou a contar com mais pessoal e fez um convênio com a Nasa para divulgar a ciência espacial (Inpe, 1991). Já em novembro, Gouveia (2003) expõe que a Aeronáutica passou a se interessar pelas atividades realizadas pela Cnae, encarregando o brigadeiro Nelson Baena de apresentar ao Ministério da Aeronáutica um relatório sobre as atividades da comissão, o que gerou uma visita de Baena ao órgão. Nessa época, o diretor científico da Cnae era Fernando Mendonça, doutor com estudos em radiociência e capitão pertencente ao quadro de aviadores da ativa da Força Aérea Brasileira. Gouveia (2003, p. 7) acrescenta que, após o relatório, o brigadeiro Balloussier foi designado a “tomar todas as providências concernentes a um trabalho conjunto com a Cnae e a montagem de todas as facilidades, de forma a estabelecer, no mais curto prazo, um programa com envolvimento do Ministério da Aeronáutica”. Antunes (2015) aponta que o grupo reunido por Balloussier elaborou as diretrizes básicas do programa, o que resultou na criação, após o golpe, em 10 de junho de 1964, do Grupo de Trabalhos e Estudos de Projetos Espaciais (GTEPE),⁸ que, de imediato, deveria: preparar um campo de lançamento de foguetes e preparar equipes especializadas em lançamentos; estabelecer programas de sondagens meteorológicas e ionosféricas em cooperação com organizações estrangeiras; e incentivar a indústria privada brasileira a galgar os degraus da tecnologia espacial. Esse passou a ser o “braço militar” da pesquisa aeroespacial no país.

O Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno

Após o Golpe Civil-Militar no Brasil⁹ e a criação do GTEPE, esse órgão buscou local para a instalação de um centro de lançamento de foguetes mantendo, para isso, contato com representantes de alguns estados do Nordeste (Antunes, 2015; Gouveia, 2003). Nesse contexto, tomemos o depoimento de Aluízio Alves ao jornal *Tribuna do Norte* e que tem sido a narrativa difundida até o presente momento sobre como se deu o processo que fez com que tal centro de lançamentos fosse construído no estado do Rio Grande do Norte:

8 Subordinado ao Estado-Maior da Aeronáutica. Em 2 de dezembro de 1966 passou a se chamar Grupo Executivo e de Trabalhos e Estudos de Projetos Espaciais (Getepe). Mais tarde, com a reforma administrativa de 1971, foi transformado no Instituto de Atividades Espaciais (IAE) e passou a ser uma das unidades do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) (Gouveia, 2003).

9 Sobre as influências norte-americanas na deflagração do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, ver Napolitano (2014) e Motta (2002). Para uma discussão sobre a visão de Celso Furtado sobre o golpe, ver Rosa (2022). Para uma discussão sobre a experiência do golpe no Rio Grande do Norte, ver Pereira (2004).

numa noite do segundo semestre de 1964, recebi um telefonema do coronel Lauro Kluppel Junior [...]. Ele estava em Natal, na companhia do capitão Mendonça [...]. Eles me contaram que a NASA se dispusera a incluir no programa para 1965 o financiamento de uma Base de Lançamentos de Foguetes no Brasil. Dois locais haviam sido cogitados: um no Ceará e outro em Fernando de Noronha. Mas, a NASA exigia que no prazo de dois meses estivessem à sua disposição pelo governo federal ou estadual, uma determinada área, com infraestrutura instalada de energia elétrica, água, acesso asfaltado, telefones etc. Acontece que os governos do Ceará e de Pernambuco só prometiam essas providências para o ano, com recursos do novo orçamento. Diante disto, a Aeronáutica temia que a NASA, diante do adiamento das obras, transferisse o projeto do Nordeste ou mesmo do Brasil. [...] Os dois oficiais já haviam, inclusive, escolhido um terreno para a instalação da base, situado em uma área de propriedade de Fernando Gomes Pedroza (Alves, 1995 *apud* Peixoto, 2003, p. 81-82).

De fato, no início de agosto, Alves já havia articulado com Fernando Pedroza a disponibilização do terreno. O momento da assinatura da escritura de doação ao Ministério da Aeronáutica encontra-se na Figura 2. Segundo Gouveia (2003), antes mesmo do recebimento oficial do terreno, o GTEPE, com apoio do pessoal da Cnae, já havia iniciado as obras no local situado a 18 km de Natal, lugar conhecido como Barreira do Inferno, tendo à frente o tenente-coronel Lauro Kluppel Júnior.



Fig. 2: Assinatura da escritura de doação do terreno para a construção de um campo de lançamento de foguetes
Fonte: Acervo pessoal, cedido por Carmem Spínola.

Prontamente, Aluizio Alves comunicou, publicamente, a construção de um centro de lançamento de foguetes: o CLFBI.¹⁰ O anúncio, que citava organizações estadunidenses na iniciativa, foi acompanhado por representantes do governo daquele país que estavam no Brasil. No dia 9 de outubro de 1964, Edward J. Rowell enviou um telegrama para a embaixada americana no Rio de Janeiro solicitando esclarecimentos sobre o suposto envolvimento dos EUA na construção desse centro. Dizia:

10 Na portaria S-139/GM3, de 12 de outubro de 1964, que criou o centro, é citado o nome “Campo de Lançamento de Foguetes em Ponta Negra”, que logo passara a ser Centro de Lançamentos de Foguetes da Barreira do Inferno (CLFBI). A mudança no nome para o atual, Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), ocorreu de acordo com o Art 2º da Portaria n. 322/GM3, de 22 de março de 1983.

Os jornais da tarde trazem entrevista com o governador do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves, anunciando o projeto de construção da base de foguetes de Natal. Projeto supostamente esforço cooperativo entre NASA, o US Weather Bureau, e o Ministério da Aeronáutica brasileiro, sob o controle da Comissão Nacional de Atividades Espaciais. Os jornais matutinos traziam na imprensa do Rio matéria em que os ministros da Guerra e da Marinha negavam os rumores de foguetes no Rio Grande do Norte como absurdos. Solicite todos os detalhes deste projeto o mais rápido possível para responder a prováveis perguntas da imprensa e do público (Rowell, 1964a, tradução nossa).

Apenas cinco dias após esse telegrama, Dean Rusk, secretário de Estado dos EUA, respondeu, afirmando que

não há participação dos EUA, mas a NASA informou sobre este projeto e o incentiva. A NASA espera possíveis convites para participar de alguns projetos futuros nesta base. O objetivo relatado da base é para sondagens meteorológicas atmosféricas. Enquanto aguarda o reconhecimento da base pelo GOB [Governo Brasileiro], sugere que o CONGEN [Consulado Geral] responda às indagações no sentido de que as agências dos EUA não participam da construção de nenhuma base de foguetes em Natal (Rusk, 1964, tradução nossa, destaques nossos).

A imprensa brasileira também passou a acompanhar a construção do CLFBI. Os discursos iam ao encontro da informação de que órgãos dos EUA estariam envolvidos com a construção da base, o que levou John Gordon Mein, então encarregado de negócios da embaixada estadunidense, a informar, em 20 de outubro, que o editor-chefe da revista *Manchete* teria afirmado que seus fotógrafos tiraram fotos da base de foguetes de Natal, mostrando-as a representantes da Nasa. Gordon solicitou aviso com urgência caso pessoas relacionadas ao governo dos EUA ou à Nasa estivessem visitando a base de foguetes de Natal (Mein, 1964). Dois dias depois, um telegrama trazia resposta informando que ninguém da Nasa visitara a base nas quatro semanas anteriores (Nasa..., 1964).

Os movimentos da imprensa brasileira sobre o CLFBI seguiam acompanhados de perto pelos EUA. No dia 26 de outubro, Rowell enviou um telegrama para a Secretaria de Estado em Washington, informando que o consulado “soube que Fernando Luis Cascudo, correspondente recifense da *Manchete*, preparou um artigo sobre a Base de Foguete de Natal, mas que o Alto Comando do Exército proibiu a publicação” (Rowell, 1964b, tradução nossa). Dessa vez, foi o próprio Lincoln Gordon que respondeu por meio de um telegrama enviado em 29 de outubro de 1964, com cópia às autoridades brasileiras, em que dizia:

Post informou que, a convite do governador do Rio Grande do Norte, a *Manchete* conseguiu cobertura completa da base de foguetes de Natal. O oficial de informação viu as fotos. Não é verdade que a publicação tenha sido proibida pelo Exército. Depois de ser questionado pelos editores da Força Aérea, a revista decidiu que a história não estava pronta para ser divulgada e aguardava informações mais detalhadas. O Chefe do Estado-Maior do Exército informou dizendo que a base estava conectada com a NASA. O Adido Científico da Embaixada corrigiu isso referindo-se ao *antigo acordo* de cooperação científica NASA/Brasil que, no entanto, neste momento envolve o monitoramento de transmissões de rádio por satélite e *não o lançamento de foguetes*. Após a conclusão, a base de Natal, que é *um projeto inteiramente brasileiro*, pode incluir a colaboração no uso de foguetes

de sondagem da ionosfera. O projeto Natal é uma operação conjunta do CNPq por meio de sua comissão espacial (CNAB) e do Ministério da Aeronáutica (Gordon, 1964, tradução nossa, destaques nossos).

A suposta matéria de Fernando Cascudo foi efetivamente publicada em 14 de novembro daquele ano na revista *Manchete*.¹¹ Com o título “O Brasil no clube dos foguetes” (Figura 3), a reportagem de Cascudo e Durval Ferreira trazia informações sobre a plataforma de lançamentos da Barreira do Inferno que, segundo a reportagem, tinha em sua comissão de técnicos elementos da Força Aérea Brasileira (FAB), o GTEPE e, ainda, pessoal da Nasa. Relatava que, em fevereiro do ano seguinte, seriam disparados foguetes de fabricação nacional e que, em seguida, seriam lançados foguetes de fabricação norte-americana do tipo Nike Apache, em cooperação com a Nasa. A matéria apontava, ainda, a participação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais a partir do planejamento de artefatos em São José dos Campos, sob chefia de Fernando Mendonça, seguida de um breve esboço histórico sobre as iniciativas civis e militares na exploração espacial. Por fim, os autores informavam que as obras incluíam vias de acesso, plataformas de lançamento, casamatas e outras instalações, e que o governo do estado, segundo o governador, estaria dando “todo o seu apoio à instalação da primeira base nacional de foguetes em estreito entendimento com dois ministérios militares e o Conselho Nacional de Pesquisas”. Na figura do foguete à esquerda da reportagem há também a legenda: “Este é um dos foguetes Nike Apache, que serão cedidos pela NASA ao Centro Brasileiro de Pesquisas para as experiências da Barreira do Inferno”. Nas figuras da direita, há uma legenda falando do maquinário, da obra e da localização do Campo de Lançamentos.



Figura 3: Reportagem sobre o CLFBI na revista *Manchete*, edição 0656, 14 nov. 1964
 Fonte: Acervo virtual da *Manchete* (RJ) – 1952 a 2007.

11 Matéria disponibilizada na íntegra em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pagfis=59725>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Além da construção do CLFBI, que havia sido disponibilizado para utilização pela Cnae em acordo firmado entre ela e o Ministério da Aeronáutica (Inpe, 1991), Gouveia (2003) aponta que, no segundo semestre de 1964, alguns técnicos do GTEPE realizaram treinamento no Campo de Lançamentos da Força Aérea Argentina. No ano seguinte, os processos de formação de pessoal continuaram. A equipe técnica viajou para receber treinamento técnico da Nasa, tanto no Goddard Space Flight Center, em Maryland, quanto no Wallops Flight Center, em Virgínia (Gouveia, 2003; Antunes, 2015).

Para além das contradições acerca da participação ou não da Nasa na iniciativa e construção do CLFBI, um olhar mais apurado à forma como se deram as obras abre outras questões. Voltando ao depoimento de Aluizio Alves (1995 *apud* Peixoto, 2003, p. 82-83), o ex-governador relata:

Com o diretor do DER [Departamento de Estradas de Rodagem], Fabiano Veras, tratei do asfalto necessário para melhorar as estradas e para as obras dentro da base. Não havia asfalto para a utilização imediata. Dias antes, atendendo instruções minhas, o DER mandara todo o asfalto disponível para capeamento da estrada Jardim do Seridó-Caicó [...], vamos trazer esse asfalto de volta, pela urgência da situação [...]. Mandei que os caminhões deixassem o Seridó de madrugada, em absoluto sigilo. Mas havia ainda o problema da construção dos prédios e da infraestrutura necessária. Sem tempo para uma concorrência pública, tratei com os construtores que tinham obras com o governo um aditivo em contratos já acertados e em andamento.

Peixoto (2003, p.83) indica que as obras, iniciadas em 5 de outubro de 1964, ocorreram com apoio de “uma fundação do governo do Estado para a implantação de projetos habitacionais, na época presidida por Agnelo Alves”, irmão de Aluizio Alves. Além disso, o historiador acrescenta que “sem operários suficientes para atender ao ritmo urgente das construções, a fundação estadual recrutou 15 presidiários para trabalharem no desmatamento da área, em troca de benefícios nas penas” (Peixoto, 2003, p. 83).

Tais órgãos do estado do Rio Grande do Norte receberam grandes montantes de recursos da Sudene e também por meio da Usaid/NE, entre 1963 e 1965. No II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965 (Brasil, 1966, p. 84) encontramos discriminação de 1,15 bilhões de cruzeiros para o setor rodoviário no Rio Grande do Norte, ao longo dos três anos, destinados à BR-12, o que incluía obras no Jardim do Seridó. Além disso, podemos verificar os montantes enviados pela Usaid/NE para o Rio Grande do Norte no relatório solicitado ao diretor geral da APP pelo vice-presidente da Comissão Geral de Investigações, Oscar Luiz da Silva, e produzido em novembro de 1969, que aponta 70 milhões de cruzeiros novos para a construção de estradas no Piauí e no Rio Grande do Norte, além de cerca de 398,6 milhões de cruzeiros novos para o programa habitacional do estado potiguar (Usaid..., 1969).

Com a convocação de novos técnicos no segundo semestre de 1965 e o fim das obras do Centro, o CLFBI foi inaugurado em 15 de dezembro de 1965 com o disparo, às 16:28, de um Nike-Apache, um pequeno foguete de sondagem norte-americano com dois estágios, numa operação conjunta entre Cnae, Ministério da Aeronáutica e Nasa (Inpe, 1991; Gouveia, 2003).¹² Estava inaugurado, assim, o primeiro centro de lançamento de foguetes do Brasil. Pouco tempo

12 O primeiro protótipo de foguete desenvolvido pela indústria nacional (Sonda I) foi lançado em 1967, no CLBI. No mesmo ano iniciou-se o Projeto Sonda II, monoestágio de maiores dimensões, lançado pela primeira vez em 1969 (Antunes, 2015).

depois, o CLFBI passaria a ser considerado um dos mais ativos centros de lançamento de foguetes do mundo, e certamente o mais ativo do Hemisfério Sul (Inpe, 1991).

Considerações finais

Ainda que a literatura acerca das relações Brasil-EUA durante a Guerra Fria no contexto do Nordeste brasileiro venha se ampliando, percebemos que a construção de um campo de lançamentos de foguetes no Rio Grande do Norte, exatamente nesse período, tem passado despercebida na produção historiográfica. Nosso trabalho mostra, assim, que esse episódio não só é importante por confundir-se às iniciativas da corrida espacial no contexto da Guerra Fria, como também para compreender aspectos da história política brasileira em um período de mudança de regime, marcado pelo Golpe Civil-Militar de 1964.

Os primeiros passos da pesquisa aeroespacial no Brasil, fortemente influenciados pelos eventos nos EUA e na URSS, partiram, em um primeiro momento, de setores civis da sociedade, por meio do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Gocnae), e logo foram seguidas pelo meio militar, por meio do Grupo de Trabalhos e Estudos de Projetos Espaciais (GTEPE), criado oficialmente já em regime ditatorial e que foi incumbido da construção do campo de lançamentos. Assim, compreendemos que o caso histórico analisado contribui para o entendimento dessas múltiplas dimensões políticas envolvidas na história da ciência brasileira.

Nesse sentido, ainda que não possamos negar os condicionantes geográficos que orientaram deliberações, no contexto analisado, esse trabalho nos permite realçar o caráter político das tomadas de decisões envolvendo a ciência. Esses aspectos ficam evidenciados pelos conflitos de interesses, negociações, articulações e tensões entre governantes, militares, instituições científicas e seus representantes que, nesse caso histórico específico, aparecem na maneira como os eventos se sucederam e culminaram na construção do CLFBI no Rio Grande do Norte.

Ademais, a investigação aqui realizada traz novos elementos e documentos que nos ajudam a elucidar o controverso governo de Aluízio Alves no estado potiguar, ao mesmo tempo em que abre novas questões sobre esse emblemático personagem político do Rio Grande do Norte. Podemos perceber, por meio dos documentos recentemente disponibilizados da diplomacia estadunidense sobre a construção do campo, uma contranarrativa em relação ao que contou o governo Alves no período e em ocasiões posteriores. Alves narra que o argumento utilizado pelos membros do governo ao lhe procurarem em Natal incluía certa pressão da Nasa para a rápida abertura de um centro de lançamentos de foguetes (o que daria a entender que a iniciativa, de alguma forma, era dos EUA). Já os recentes documentos da diplomacia estadunidense parecem desafiar essa versão, na medida em que membros do alto escalão do governo dos EUA indicaram, mais de uma vez, que suas agências sequer sabiam, de início, sobre tal empreendimento científico. Nesse caso, isso sugere que a iniciativa foi brasileira e, se o foi, Aluízio Alves pode ter sido influenciado pelo então governo militar a direcionar esforços políticos e, principalmente, financeiros de seu estado (amplamente financiado pelos EUA através da APP e Usaid), na construção desse Centro de Lançamento.

Entendemos que o presente artigo, assim, reabre discussões sobre a história da exploração aeroespacial no Brasil e sobre a própria história política desse período no Rio Grande do Norte, trazendo novas questões que ainda precisam ser aprofundadas e discutidas por historiadores

da ciência brasileira. Para citar algumas dessas questões: como se deu, de fato, a participação dos EUA e suas instituições nas iniciativas em exploração espacial no Brasil? Em que medida o primeiro campo de lançamentos de foguetes brasileiro é realmente, como dizem os documentos da diplomacia estadunidense, um “projeto inteiramente brasileiro”? De que forma e sob quais interesses o GTEPE, órgão militar, em meio à ditadura, escolhe o Rio Grande do Norte como local para a abertura desse campo? Qual o papel de Aluizio Alves nessa questão? E muitas outras.

Para além disso, compreendemos que este estudo contribui para a percepção do caráter político da ciência, o que favorece a desconstrução de visões ingênuas de uma ciência neutra e isenta de interesses. Nesse sentido, o episódio traz para a historiografia mais geral sobre as relações Brasil-EUA durante a Guerra Fria e, também, para os estudos sobre a transição entre o regime democrático e autoritário da década de 1960 elementos que mostram que a história da ciência brasileira é importante para a compreensão geral dos eventos nesse período.

Finalmente, apontamos que esse trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para um maior entendimento acerca das políticas de ciência e tecnologia nesse cenário, deixa espaço para novas pesquisas que aprofundem as questões aqui trazidas. Reforçamos, desse modo, a importância de mais trabalhos que tratem das muitas questões ainda em aberto sobre a história da ciência brasileira e sua dimensão sociopolítica.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, E.V. A evolução histórica do programa espacial brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. Florianópolis: SBHC, 2016. p. 1-16.
- ANTUNES, J.C.G. *Programa espacial brasileiro: uma análise sobre o impacto social*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ÁVILA, G.C. *Ciência, objeto da história*. São Paulo: Alameda, 2019.
- BARBALHO, H.G. *A área mais perigosa do Hemisfério Ocidental: o Nordeste do Brasil como problema político dos EUA (1961-1963)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- BRASIL. *II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965*. Recife, 1966.
- CÂMARA, G. A pesquisa espacial no Brasil: 50 anos de Inpe (1961-2011). São Paulo: *Revista USP*, n. 89, p. 234-243, 2011.
- CIA Special Report of political, military, and economic trends in Brazil. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:678977/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- DELGADO-ARIAS, D.E. *Aluizio Alves bids for regional leadership*. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353600/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- DIAS, J.A.; SANTOS, R.L.R. A UDN nas eleições presidenciais de 1960: entre o realismo juracista e o populismo janiستا. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., 2013, Vitória da Conquista. *Anais eletrônicos* [...]. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Oeste da Bahia, 2013. p. 1777-1788.
- GOMES, R.S.F.; RIBEIRO, A. Cooperação internacional espacial: da competição à colaboração entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. *Ricri: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 7, n. 14, p. 62-84, 2020.

- GORDON, L. Action Department 1995. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963a. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353819/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- GORDON, L. Declaration of Northeast Governors. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963b. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679097/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- GORDON, L. Invitation to Natal Rocket Base. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137830/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- GOUVEIA, A. *Esboço histórico da pesquisa espacial no Brasil*. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, 2003.
- GUERRA, M.J.C. As 40 horas de Angicos: vítimas da Guerra Fria? *RISA: Revista de Informação do Semiárido*, v. 1, n. 1, p. 22-46, 2013.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INPE, Instituto nacional de Pesquisas Espaciais. *Caminhos para o espaço: 30 anos do Inpe*. São Paulo: Contexto, 1991.
- LIMA, J.M. *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- LOUREIRO, F.P. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LOUREIRO, F.P. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)*. São Paulo: Unesp, 2020.
- MACEDO, M.C. *O pioneirismo do marketing político no RN: a campanha "Cruzada da Esperança" (1960)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.
- MEIN, J.G. Magazine photographers took pictures of Natal Rocket Base. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137828/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- MOTTA, R.P. de S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MUNHOZ, S. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, F.C. *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p.261-281.
- NAFTALI, T. (ed.). *John F. Kennedy: the great crises*. Nova York: W.W. Norton, 2001. v. 1.
- NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASA update on Natal Rocket Base. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:362773/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- NICOLAU, J. As eleições presidenciais de 1960: uma análise a partir dos dados municipais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 159-175, 2022.
- OLIVEIRA, P.C. O Nordeste brasileiro entra na Guerra Fria: poder e fragmentação política nas relações Brasil-Estados Unidos diante da Aliança para o Progresso (1961-1964). *História e Cultura*, v. 9, n. 2, p.447-463, 2020.
- OLIVEIRA, P.C. O Nordeste do Brasil como palco da Guerra Fria: a Aliança para o Progresso e o interesse das forças políticas tradicionais nordestinas nas relações Brasil-Estados Unidos (1960-1964). *Diálogos*, v. 26, n. 1, p. 255-279, 2022.
- OLIVEIRA, R.C. *A educação made in Rio Grande do Norte: entre as políticas desenvolvimentistas e o projeto hegemônico da Aliança para o Progresso (1961-1971)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

- PEIXOTO, C. *A história de Parnamirim*. Natal: Z Comunicação, 2003. v. 2.
- PEREIRA, H.A.A.R. Representação e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. São Paulo: *Projeto História*, v. 29, n. 2, p. 593-603, 2004.
- PEREIRA, H.A.A.R. Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p.1-8.
- PEREIRA, H.A.A.R. Modernizar para não mudar: a “Aliança para o Progresso” no Rio Grande do Norte. In: BUENO, A.C. *Revisitando a história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 289-309.
- PEREIRA, H.A.A.R. A região explosiva: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Nordeste brasileiro. In: PEREIRA, H.A.A.R.; CARVALHO, H.L.; NETTO, S.L.F.V (orgs.). *Relações interamericanas*. Natal: EDUFRRN, 2015. p. 69-90.
- PEREIRA, H.A.A.R. *Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso na América Latina*. 2. ed. Natal: Caule de Papiro, 2022.
- PONTES, A.S. *O Complexo Militar e o Setor Aeroespacial Brasileiro no Processo de Industrialização Nacional (1960-2015)*. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- RIBEIRO, R.A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ROSA, L. Celso Furtado, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 81, p. 63-83, 2022.
- ROWELL, E.J. Aluisio Alves stresses AFP assistance to RGN. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1963. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353509/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- ROWELL, E.J. Announcement of Natal Rocket Base Project. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1964a. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137832/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ROWELL, E.J. Publication of article about Natal Rocket Base prohibited. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1964b. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137815/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- RUSK, D. GOB constructing Rocket Base in Natal. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1137822/>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- SOTANA, E.C. O início da Guerra Fria nas páginas da imprensa escrita brasileira (1946-1949). *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 325-359, 2014.
- USAID information provided to General Committee for investigation of the Brazilian Ministry of Justice. *Opening the Archives: Documenting US-Brazil relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, 1969. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:792423/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Recebido em julho de 2023

Aceito em outubro de 2023